

**A PROVENÇA NA ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA
DOS REINOS VISIGÓTICO E OSTROGÓTICO (418-536):
UMA OCUPAÇÃO DECISIVA PARA A GÁLIA DO SUL NA ÉPOCA
MEROVÍNGIA¹**

Christine Delaplace²

Resumo

O rei ostrogodo Teodorico (493-526) aproveitou a nova conjuntura política que reinava na Gália após a batalha de Vouillé (507) para dominar a Provença a fim de proteger a Itália do avanço franco. Ele criou um grande reino visi-ostrogótico compreendendo a Espanha, Gália do Sul e Itália. A Provença constituía um objeto de disputa decisivo para o controle desse vasto espaço. Os ostrogodos consideravam a Provença como um elemento de equilíbrio entre seu reino e aquele dos francos, ambos hegemônicos e perigosamente concorrentes.

Palavras chave: Visigodos; ostrogodos; Gália.

Abstract

Ostrogoth king Theodoric (493-526) used a new political conjuncture in post-Vouillé Gaul in order to dominate Provence in order to protect Italy from Frank expansion. He created a great visigothic-ostrogothic realm, including Spain, Southern Gaul and Italy. Provence became thus the object of decisive struggle around the control of such a big area. Ostrogoths considered Provence as a balancing element between their kingdom and that of the Franks, both hegemonical and dangerously competing.

Keywords: Visigoths; Ostrogoths; Gaul.

Durante os séculos V e VI, a Provença encontrou-se no centro das relações diplomáticas e militares no Ocidente romano. Seja o reino burgúndio, diretamente interessado pela defesa de sua fronteira oriental; o reino visigótico que vê na Provença uma zona de expansão territorial desejável e controlada a partir de 475; o reino ostrogótico que a conquistara em 508; e, último episódio, o reino franco que aí estende seu domínio em 536: todos estes reinos voltaram suas atenções para o território provençal. Pois ele constituía não só um embate objetivo de posse territorial em si, mas também a porta de entrada para a Itália e o Império romano: espaço estratégico decisivo com Narbona, de um lado, permitindo as ligações com a Espanha, e Marselha, do outro, autorizando as relações com a Itália e o Oriente. O domínio da Provença oferecia uma abertura para o Mediterrâneo e, portanto, o controle das relações marítimas tradicionais, militares e econômicas que nenhuma potência na Gália podia negligenciar.

¹ Versão revisada de um texto publicado In: *Bulletin archéologique de Provence. La Méditerranée et le monde mérovingien: témoins archéologiques*. BAP. Supplément 3. Editions de l'APA, 2005, p. 45-51. Tradução Christine Rufino Dabat. A tradutora agradece Letícia Detoni e Mateus Samico Simão pela revisão do texto.

² Professora no Departamento de História da Universidade de Toulouse II Le Mirail, França.

Propõe-se aqui colocar em evidência sucessivamente o peso da Provença na política de expansão do reino visigótico entre 418 e 425, data em que ela foi integrada ao reino de Tolosa; em seguida, o papel do peso que Arles, prefeitura das Gálias teve ao longo do período estudado; enfim, veremos que a conquista da Provença pela potência ostrogótica conferiu a esta última um papel político e estratégico decisivo no primeiro terço do século VI.

1. A Provença, objeto de contenda entre os visigodos, ostrogodos e o império romano

A Provença ocupou um lugar peculiar na política de expansão territorial do reino de Tolosa. Pois, diferentemente do alvo das expedições militares conduzidas ao norte do Loire ou em direção à Espanha, esta província era uma zona de confronto mais direto com o Estado romano, o qual defendia em virtude do estatuto de reino federado obtido após a assinatura do *foedus*³ em 416.

Com efeito, as tropas federadas visigóticas e burgúndias conduziram várias campanhas na Espanha, mas sempre em nome dos interesses romanos, embora se deva levar em consideração a política cada vez mais pessoal dos reis visigóticos na península, particularmente em relação ao reino dos suevos. Após 451, sobretudo, o poder imperial não tinha mais, ao que parece, os meios de se opor à evolução da situação hispânica. Ao contrário, a Gália ocupara, ao longo do século V, sua atenção. E nem o general Aécio, nem o imperador Marjoriano baixaram a guarda. Através da manutenção do potencial militar e fiscal da Gália eles entendiam reforçar a liderança imperial sobre o Ocidente, ao eliminar em primeiro lugar o perigo húnico, no início do decênio 450-460, e atacar depois o poder vândalo.

Essa política determinara, por sua vez, aquela do reino visigótico de Tolosa que apresentava traços de confronto periódico com Roma que Herwig Wolfram resume com humor:

“Em 423, o imperador Honório morreu; sua sucessão era problemática. Dois anos mais tarde, os godos apareceram frente às muralhas de Arles. Foi o início das marchas que os godos deviam empreender com uma regularidade monótona contra a capital galo-romana. (...) seu objetivo era antes de fazer subir o “valor mercante” dos federados godos (...) estes “desfiles” pareciam o “bluff” que acompanham hoje em dia as negociações salariais.”⁴

Resumindo os fatos: entre 425 e 476, os visigodos aproximaram-se seis vezes de Arles; em 425, 430, 452, 455, 457-459 e, por fim, em 476.⁵ Estes

³ Tratado concluído entre o Império romano e uma entidade inimiga, em geral vencida, que consente a uma solução pacífica muitas vezes desigual.

⁴ WOLFRAM, Herwig e STRASCHITZ, Frank. Trad. MÉLY, Josie. *Histoire des Goths*. Paris: Albin Michel, 1990, p. 190.

⁵ BURNS, Thomas S. “The Visigothic Settlement in Aquitania: imperial motives”. *Historia*, XLI, 1992, p. 372-373.

ataques repetidos se saldaram, cada vez, por uma derrota atribuída, por muito tempo, à fraca capacidade de assediar as cidades por parte dos godos, talvez sabidamente encenada por seus reis até os cercos vitoriosos a Arles e Marselha em 476. Com efeito, seria de seu interesse perder o benefício do estatuto de federados do império? Durante o mesmo período, Narbona foi igualmente o alvo de “*excursões estivais*” do exército gótico, em 436 e em 462.⁶ Mas foram eventos militares muito mais importantes que inauguraram os períodos de crise com o Estado romano. O cerco de 436 entrou no contexto de um enfrentamento que levou ao assédio de Tolosa e à paz de 439. O de 461 terminou em 462, pela tomada definitiva da cidade nos meses conturbados que seguiram o assassinato de Marjoriano.

Nessa cronologia, os historiadores costumam pensar que, a partir de 466, uma cesura decisiva se produziu. O assassinato de Teodorico II por Eurico permitiria a este último libertar-se dos laços contratados pelo *foedus* que tinha caráter nominal. Por certo, o reino de Tolosa progrediu em direção ao Rôdano, enquanto Roma estava enfraquecida e os burgúndios, futuros aliados dos francos, representavam já uma ameaça de confronto inelutável. No entanto, ao olhar de perto as negociações que ocorreram em Tolosa na época do tratado de 475, a prudência instiga a reexaminar as tradições diplomáticas romanas, ainda em vigor, antes de concluir, um pouco rapidamente a meu ver, à existência da “independência” do reino visigótico. Independência da qual seria preciso definir os termos sem anacronismo.

Portanto, o estudo das flutuações políticas dos reis visigóticos em relação a Roma permitirá compreender as razões de ser das campanhas repetidas contra Arles, Narbona e Marselha durante a primeira fase do reino visigótico. Mas, para tanto, a natureza jurídica e diplomática do *foedus* – assinado em 416-418 e depois reiterado, com ou sem modificações, até 475 – deve ser apreendida por pesquisas novas.⁷

2. Morte e ressurreição da prefeitura das Gálias (475-511)

Pelo tratado de 475, Eurico obteve a Provença, e Arles se tornou uma das capitais do reino onde hospedavam-se com prazer os reis, o que manteve-lhe o brilho de antiga capital imperial. Durante mais de um século, portanto, de 407 a 536, ela não cessou de ser um centro administrativo muito importante, acolhendo no seu seio as construções aulicas indispensáveis à estadia dos imperadores e, em seguida, dos reis romano-bárbaros: as numerosas repartições da prefeitura bem como seus não menos numerosos agentes.

⁶ WOLFRAM, Herwig. *Histoire des Goths*. Op. cit., p. 190.

⁷ DELAPLACE, Christine. *Les royaumes gothiques d'Occident. Le royaume wisigothique de Toulouse et le royaume ostrogothique d'Italie*. Paris: Errance (no prelo); *La géostratégie des Wisigoths. Les relations entre les Wisigoths et l'Empire romain de la seconde moitié du IV^{ème} siècle à 534*. (No prelo).

É preciso perguntar-se se não é em razão da existência e do funcionamento dessa infraestrutura administrativa que a tomada de Arles podia apresentar grande interesse para a realeza visigótica. Como na corte ostrogótica em Ravena ou burgúndia em Lyon e Genebra, a corte visigótica tinha, aos poucos e mais intensamente a partir de 450, integrado as elites gaulesas da Aquitânia na organização administrativa – e mesmo militar – do reino.⁸ Arles oferecia ainda mais vantagens nesta área do que Tolosa e Bordeús. Pode-se perguntar se o deslocamento da capital foi vislumbrado. Pode ser, mas as necessidades de segurança da dinastia visigótica favoreciam sua manutenção em Tolosa. O tesouro real, símbolo do poder real instalado nesta cidade situada no coração das possessões aquitanas, permanecia assim próximo às expansões territoriais já efetivadas na Espanha e, ao contrário, longe das ameaças potenciais, tais como aquelas da Itália e do reino burgúndio. Na época da expansão franca, ele foi deslocado para Carcassonne e depois levado para Ravena. Como será visto a seguir, isto não deixa dúvida alguma a respeito do papel importante que ele tinha na legitimidade política.

Perto do que a historiografia sobre Arles sempre designa como o “Palácio da Trouille” – cujos elementos são conservados perto das termas ditas de Constantino, espetacularmente visíveis em nível mais alto em relação ao habitat contemporâneo – escavações dos anos 1950⁹ revelaram a existência de um monumento importante: sem dúvida, um palácio pertencendo ao centro oficial do poder imperial, visigótico e depois ostrogótico. Suas dimensões – 21 metros de largura por 57 de comprimento – o aproximam da basílica de Treves e fazem dele uma das maiores edificações públicas tardias.

Este palácio imperial (*aula palatina*) deve ter rivalizado com um monumento que, em Tolosa, foi interpretado como sendo o palácio visigótico.¹⁰ Um evento importante tenderia a prová-lo: em 484, o rei Eurico morreu de causas naturais, não em Tolosa, mas durante uma estadia em Arles e provavelmente neste mesmo conjunto palacial. Segundo os arqueólogos da cidade, os anexos necessários para a acomodação do titular da prefeitura e de sua administração, em seguida do rei visigótico e de seus altos funcionários (*comites*), poderiam encontrar-se entre esta basílica civil e as torres ao norte da rua dos Arènes.¹¹

⁸ MATHISEN, Ralph Whitney. *Roman aristocrats in Barbarian Gaul. Strategies for Survival in an Age of Transition*. Austin (Tex.): University of Texas Press, 1993.

⁹ HEIJMANS, Marc. “La topographie de la ville d’Arles durant l’Antiquité tardive”. In: *Journal of roman archaeology*, 12, 1999.

¹⁰ DE FILIPPO, Raphaël. “Le grand bâtiment du site de Larrey : la question palatiale”. In: PAILLER, J.-M. (Dir.). *Tolosa. Nouvelles recherches sur Toulouse et son territoire dans l’Antiquité*. Rome: Ecole française, 2001, pp. 445-450. (Collection de l’Ecole française de Rome; 281).

¹¹ HEIJMANS, Marc. “La topographie de la ville d’Arles durant l’Antiquité tardive”. Op. cit., p. 227.

A estadia do rei Eurico, em 484, em Arles mostra bem a nova posição estratégica adquirida pelo reino visigótico a partir de 475: controlar a fronteira com a Itália e poder eventualmente aproveitar as fraquezas do poder romano para invadir a península. A tomada desta por Odoacro e depois Teodorico desviou as ambições do reino visigótico deste complexo tabuleiro de xadrez italiano, mas a Provença permanecia um embate essencial nas lutas entre reinos ao longo do século VI A. D.

A intervenção franca de 507 em território visigótico ocorreu num contexto de negociações diplomáticas e, em seguida, de intervenções militares sabidamente orquestradas pela outra grande potência romano-bárbara, aquela dos ostrogodos. Teodorico aproveitou com habilidade a conjuntura não apenas para apossar-se da Provença a fim de proteger a Itália do avanço franco, mas também para criar um grande reino visigótico-ostrogótico do qual seria o único soberano.

Uma sábia coreografia diplomática antecedeu Vouillé, orquestrada conjuntamente por Teodorico e seu ministro Cassiodoro. A prudência recomendada aos futuros beligerantes visava essencialmente manter a liderança do rei dos ostrogodos no concerto dos reinos do Ocidente. Mas a natureza do jogo ostrogótico remetia mais a uma Realpolitik: Teodorico não procurava realmente socorrer os visigodos. Na verdade, poder-se-ia perguntar se Teodorico não havia calculado as vantagens e os inconvenientes da vitória franca para os ostrogodos: a “guerra de Provença” teve por objetivo não a defesa dos visigodos atacados, mas a conquista do reino visigótico que, após a morte de Alarico II, encontrava-se providencialmente sem soberano legítimo. Sem dúvida poder-se-ia até mesmo propor que Teodorico concebeu seu projeto de anexão do reino visigótico assim que foi anunciada a morte de Alarico II no campo de batalha de Vouillé. A natureza das relações entre Teodorico e os visigodos havia, portanto, mudado. Estes últimos eram doravante, não mais aliados, mas vizinhos tornados súditos.

Até 526, data da morte de Teodorico e da divisão em dois do *imperium gothorum*¹² a província abriu a comunicação entre a Espanha e a Itália. Este era o segundo objetivo geoestratégico da “guerra de Provença”. A criação e a sobrevivência do reino visigótico de Espanha resultaram, em parte, deste “corredor gaulês” que permitia a passagem das tropas ostrogóticas que posteriormente se instalaram na Espanha. Esse fenômeno de implantação de soldados ostrogodos em Espanha, após a chegada dos primeiros contingentes na Aquitânia sob a direção de Vidimer, cuja importância foi assinalada com

¹² Esta expressão, constada a partir da noção de Império romano, é obviamente um neologismo que visa evocar a potência dos godos no início do século VI, pois, nunca houve formalmente um império godo. Entretanto, no plano político, a noção de império está mais próxima da realidade, pois todo magistrado romano era dotado de *imperium* sob a República. Foi esta noção de poder que foi transmitida ao *princeps* do Alto Império, ao imperador da Antiguidade tardia e finalmente ao soberano romano-bárbaro dos séculos V e VI. Ver nota 21.

muita propriedade por P. Périn,¹³ parece-me não ter sido levado suficientemente em consideração na história da Espanha visigótica. Desta feita, ela pode ter sido antes uma Espanha de povoamento “visigótico-ostrogótico” a partir do VI século A. D.

Teodorico quis provavelmente ancorar na duração a existência desse grande reino gótico quando escolheu como futuro genro e sucessor Eutarico, um Amale, sem dúvida, mas descendente de Berimundo, que havia seguido a nação dos visigodos e se assentara na Espanha.¹⁴ O casamento de Amalsunta e Eutarico ocorreu em 515. Ele simbolizava maravilhosamente esta união entre Espanha e Itália. Eutarico foi, ademais, reconhecido “*filho pelas armas*” (*filius per arma*) pelo imperador e feito cônsul em 519: era, portanto, segundo o Império, o sucessor de Teodorico. A morte de Eutarico, no início do decênio de 520, possivelmente em 523, e em seguida a de Teodorico em 526 não permitiram que essa sutil construção perdurasse. A situação na Itália requeria uma retirada na península. Atalarico, o neto menor de idade de Teodorico, sucedeu com dificuldades a seu avô e permaneceu sob a regência efetiva de sua mãe, Amalsunta. A dinastia amala se sabia frágil frente aos ataques da nobreza ostrogótica que se recusava a ser dirigida por uma mulher. Atalarico mandou então o tesouro dos visigodos de volta para seu primo Amalarico, e ambos reinos tiveram oficialmente, por este gesto simbólico, uma existência institucional independente a partir de 526. Dois reinos, que haviam sido considerados como duas províncias (*provinciae*) por Teodorico, adquiriam uma autonomia efetiva um em relação ao outro.

Esta digressão cronológica ajuda a entender melhor porque 511 foi, para Teodorico, o ano da coroação de sua vitória militar na Gália. Era preciso, portanto, encontrar um símbolo político que o assinalasse à posteridade. Teodorico o Grande anunciou ao imperador a nomeação ao consulado para o Ocidente de um senador gaulês, Flavius Felix, – o que não fora possível havia muitos decênios – numa carta marcada por uma vontade serena de igualdade de poder.¹⁵ O candidato era proposto, em primeiro lugar, ao imperador Anastásio e depois ao senado de Roma. Desde a partição do império, ocorrida depois da

¹³ PÉRIN, Patrick. “L’armée de Vidimer et la question des dépôts funéraires chez les Wisigoths en Gaule et en Espagne (V^e - VI^e siècles)”. In: KAZANSKI, M. e VALLET, F. (Eds.). *L’armée romaine et les Barbares du III^e au VII^e siècle*. Actes du colloque international de Saint-Germain-en-Laye, 24-28 février 1990. Rouen: Association française d’archéologie mérovingienne; Saint-Germain-en-Laye: Société des amis du Musée des antiquités nationales, 1993.

¹⁴ JORDANES. *Getica*. In: MOMMSEN, Theodor (Ed.). *Jordanis Romana et getica*. Berlin: Weidmann, 1882. LXXXIV-200p. (*Monumenta Germaniae historica. Auctorum antiquissimorum*; 5,1), p. 297.

¹⁵ CASSIODORO. *Variae*. In: MOMMSEN, Theodor (Ed.). *Cassiodori Senatoris Variae. I. Epistulae Theodericianae variae. II. Acta synhodorum habitatum Romae a. 499, 501, 502. III. Cassiodori Orationum reliquiae....* Berlin: Weidmann, 1894. CLXXXII- 597 p. (*Monumenta Germaniae historica. Auctorum antiquissimorum*; 12), II, 1.

morte do imperador Teodósio, a nomeação de um cônsul para o Ocidente e outro para o Oriente mantinha a unidade do Império. Tanto na Itália quanto no Oriente, mas também na Gália visigótica e burgúndia, os romanos permaneciam extremamente apegados a estes faustos consulares que simbolizavam a perenidade de Roma. O reconhecimento diplomático que Teodorico podia obter de tal nomeação foi judiciosa e firmemente valorizada. O rei dos ostrogodos tendo reconquistado a Gália do Sul em nome do imperador, esta fazia naturalmente parte do Império. A nomeação de um cônsul gaulês para o ano 511 colocava em cena, em Ravena, Roma, Constantinopla e sobretudo em todas as capitais rivais dos outros reinos romano-bárbaros do Ocidente, o sucesso militar e mais ainda diplomático de Teodorico. Ravena convidava assim Constantinopla a celebrar sua vitória ao aceitar a nomeação deste cônsul, membro da aristocracia gaulesa provençal¹⁶ e representante do senado de Gália (*senatus gallicanus*), que estava havia muito ausente da Cúria.

Após os conflitos constantes entre Ravena e Constantinopla, de 507 a 511, Teodorico explorou visivelmente esta situação favorável e quis mantê-la em seu proveito no tabuleiro diplomático. Ele deixara mesmo se desenvolver na Itália uma propaganda que, aproveitando a morte de seu rival Clóvis, atribuía a Teodorico qualificativos imperiais que ele não havia ousado explorar anteriormente. A morte de Clóvis deixava-o, com efeito, único detentor das atribuições conferidas pelas insígnias imperiais recebidas de Constantinopla em 497.¹⁷ Teodorico manteve Félix no pós-consulado em 512. Nunca antes havia ele ido tão longe na afirmação de seus poderes. Além desta encenação do consulado, de sua acessão ao trono visigótico e da morte de seu rival Clóvis, o ano de 511 foi efetivamente o apogeu do reino de um vice-rei, obrigado à coabitação com o imperador, no entanto, hábil perito na “*imitatio imperii*”.¹⁸

3. A Provença sob administração ostrogótica: um embate maior da geoestratégia do grande reino romano-visigótico-ostrogótico (511-534)

A política de contenção da expansão franca apoiava-se, sobretudo, no reestabelecimento do quadro administrativo romano tradicional e na nomeação de altos funcionários capazes de fazê-lo respeitar. Não se trata apenas de

¹⁶ DELAPLACE, Christine. “La Provence durant la domination ostrogothique (508-536)”. In: *Les Annales du Midi*, 244, 2003, pp. 479-499.

¹⁷ DELAPLACE, Christine. “La ‘Guerre de Provence’ (507-511), un épisode oublié de la domination ostrogothique en Occident”. In: *Romanité et cité chrétienne. Permanences et mutations, intégration et exclusion du I^{er} au VI^e siècle. Mélanges en l’honneur d’Yvette Duval*. Paris: De Boccard, 2000, pp. 84-85.

¹⁸ A “imitação do imperador”, fórmula sobretudo utilizada por Cassiodoro, significa que o rei ostrogodo satisfazia-se de alguns signos (a possibilidade de erguer estátuas o representando em Roma, por exemplo) e deixava que alguns o comparassem aos imperadores ilustres do passado nas inscrições. Mas nunca permitiu que fosse chamado de ‘imperador’, o que demonstra a inteligência política de Teodorico.

conquistar pelas armas um território, mas de criar uma obra durável, de reconquistar e libertar a Provença, devolvendo-a a suas tradições romanas. Por surpreendentes que fossem essas alegações para historiadores pouco familiarizados com a ideologia da *civilitas*,¹⁹ elas figuravam, no entanto, muitas vezes nos documentos administrativos mandados por Cassiodoro aos representantes delegados em Provença.

A primeira nomeação ocorreu pouco tempo depois de intervenção militar: Gemellus, vicário da prefeitura das Gálias (*vicarius praefectorum*) desde 508.²⁰ Ele era o representante do prefeito do pretório da Itália, instalado em Ravena. Os territórios reconquistados estavam, portanto, ligados à administração das províncias italianas. A Provença podia assim aproveitar a solicitude do rei dos ostrogodos que não hesitava em fazê-la beneficiar-se das riquezas da península. De 507 a 512, o cargo de prefeito do pretório pertenceu a um membro muito influente da aristocracia romana, amigo de Simaco (476-491)²¹ e de Boécio,²² Flávio Anício Probo Fausto Niger.²³ No contexto difícil dos anos 507-510, parece evidente que os negócios da Gália requeriam a atenção de um alto funcionário romano da estatura de Fausto Niger e que a escolha de reunião com a prefeitura da Itália se impunha, ao menos num primeiro momento. A missão atribuída a Gemellus foi determinante no dispositivo decidido por Teodorico: ele era, segundo a “*tradição antiga*” – fórmula que voltava com frequência nos escritos de Cassiodoro – o representante do poder romano, um prefeito do pretório-adjunto, o vicário encarregado de administrar uma diocese civil.

Ao observar de perto esse dispositivo administrativo, pode-se perguntar se Teodorico não tinha a intenção de reestabelecer sob sua autoridade todo o território da diocese imperial da Gália meridional, no caso aquele das Sete Províncias: duas Narbonensas, a província dos Alpes Marítimos, a Vienense, a Novempopulania, e as duas Aquitânias. Seria imprudente afirmar-lo,²⁴ ao menos no início da ofensiva ostrogótica na Gália do Sul. Mas pode-se, no

¹⁹ A *civilitas* é a maior qualidade atribuída a Teodorico por Cassiodoro que vê nele o único soberano bárbaro que manteve a herança da romanidade, e que a protegia e divulgava por meio de uma política de evergetismo monumental tanto em Ravena quanto em Roma, assim como em outras cidades como Pávia. Ao mesmo tempo, ele protegia as letras e artes na Itália. Ver GIARDINA, A. *Cassiodoro político*. Rome: L’Erma di Bretschneider, 2006.

²⁰ CASSIODORO. *Variae*. Op. cit., III, 16.

²¹ Sogro de Boécio.

²² Filósofo, ele teve também uma carreira política sob o reino de Teodorico o Grande que o pos na prisão, em 524, onde escreveu *Consolação da Filosofia* (São Paulo: Martins Fontes, 1998) e morreu.

²³ Consul em 490, magister officiorum em 492-494, questor do palácio em 503-506 e patricio.

²⁴ LEVILLAIN, Léon. “La crise des années 507-508 et les rivalités d’influence en Gaule de 508 à 514”. In: *Mélanges offerts à M. Nicholas Iorga par ses amis de France et de pays de langue française*. Paris: J. Gamber, 1933, pp. 537-567.

entanto, considerar que Teodorico anunciava claramente suas intenções: num primeiro momento, reestabelecer a função de vicário, integrando a província sob a proteção e a legitimidade administrativa do prefeito italiano, portanto, integrar a Provença à Itália.

Mas, em 511, ano do triunfo político de Teodorico, o estatuto administrativo da *Provincia* foi modificado, de fato, pela nova nomeação de Libério. O reestabelecimento da prefeitura das Gálias, tornando esta última autônoma em relação à Itália e ao prefeito Fausto Niger, parece colocar nitidamente em evidência ou mesmo glorificar uma modificação das relações de força militares na Gália do Sul que levaram aos ganhos territoriais e à extensão máxima obtida em 524. As campanhas vitoriosas das tropas ostrogóticas haviam permitido libertar Arles e retomar aos francos um vasto espaço geográfico, ultrapassando as fronteiras da Septimania ao oeste e compreendendo, sem dúvida, algumas cidades pertencendo às províncias da Aquitânia I e II e de Novempopulania. O rio Durance tornou-se, desde 508, a fronteira setentrional com o reino burgúndio, defendida sem dificuldades por uma série de bastiões fortificados.²⁵ Mais tarde, em 514, após o sucesso das operações militares conduzidas pelo chefe godo Tuluin para vingar a morte de Sigerico,²⁶ os territórios burgúndios entre o Durance e o Isère foram controlados pelos ostrogodos. Ora, o Isère constituía tradicionalmente a fronteira da diocese das Sete Províncias. Portanto, pode se afirmar que esse objetivo estratégico foi atingido, de certo por pouco tempo, quase dez anos após o reestabelecimento oficial da prefeitura.

A nomeação de Libério foi evidentemente determinante na organização administrativa da Provença, a partir de 511. Ele se tornou a personagem mais importante da *Provincia* e Arles voltou a ser a sede de uma prefeitura. Coloquei em evidência²⁷ o papel determinante de Petrus Marcellinus Felix Liberius no processo de volta à romanidade da Gália do Sul. Para melhor conhecer esta personagem extraordinária da história da Itália no século VI, o leitor pode consultar também a notícia biográfica, sempre fundamental, que lhe dedicou J. J. O' Donnel.²⁸

Arles, para onde Teodorico mandara subsídios alimentares e dinheiro para reparar as muralhas e as torres que o cerco de 508-509 havia prejudicado, era ainda uma cidade importante. A reinstalação da prefeitura do pretório lhe

²⁵ DELAPLACE, Christine. “La Provence durant la domination ostrogothique (508-536)”. Op. cit.

²⁶ Príncipe burgúndio, assassinado pelo seu pai, o rei Sigismundo. Sua mãe era filha de Teodorico o Grande, donde o caráter de *casus belli* deste assassinato que privava Teodorico de um sucessor potencial.

²⁷ DELAPLACE, Christine. “La Provence durant la domination ostrogothique (508-536)”. Op. cit.

²⁸ O'DONNELL, James J. *Liberius, the Patrician. Traditio*, XXXVII, 1981, pp. 31-72.

permitiu, sem dúvida, manter ainda durante alguns decênios, até o último terço do século VI, sua supremacia tradicional de capital política enquanto que potencialidades comerciais, econômicas e estratégicas jogavam doravante a favor de Marselha. Alguns deduziram, sem bases, que esta cidade fora promovida a sede da prefeitura ostrogótica.²⁹ Em contrapartida, Arles permaneceu, durante a dominação ostrogótica, a capital da Provença, porque a propaganda ideológica dos reis dos ostrogodos estava fundada sobre o reestabelecimento dos valores antigos da *civilitas* e que estes últimos não tinham interesse algum em diminuir o prestígio da cidade, sede da prefeitura das Gálias e antiga capital imperial. O apoio que os dirigentes ostrogodos trouxeram às reivindicações formuladas por Cesário de Arles para o reestabelecimento da primazia dessa cidade, reforça ainda mais essa manutenção dos quadros tradicionais.

O fato que Arles voltou a ser prefeitura do pretório das Gálias e a reconquista pelos ostrogodos dos territórios constituindo a antiga diocese civil das Sete Províncias foram eventos políticos que contribuíram amplamente para assegurar a legitimidade das ambições pastorais de Cesário. Estas, por sua vez, inscreviam-se, de um lado, no quadro regional de autoridade do metropolitano de Arles sobre o conjunto dos bispados integrados ao território da prefeitura, e, do outro lado, num contexto mais amplo da primazia de um vicariado do bispo de Arles sobre o conjunto da Gália. É verdade que essa ambição procurava apenas retomar para essa cidade o estatuto que lhe havia sido conferido por duas vezes no século V A. D: sob o episcopado de Patrício em 417 e aquele de Leôncio em 463. Mas a situação do Ocidente estava radicalmente diferente. Durante o primeiro terço do século VI, é difícil dissociar as ambições de Teodorico na Gália daquelas de Cesário. Com efeito, não se deve esquecer que, ao longo de seu reino até o episódio do papa João I,³⁰ o rei usou de sua influência sobre a eleição dos pontífices de Roma e em seguida sobre a política destes. O quadro mais geral da luta com Constantinopla – tanto no plano religioso quanto no plano territorial com os eventos de Sirmium³¹ – determinou, ademais, toda a política de Teodorico, inclusive suas relações com as potências romano-bárbaras na Gália. A questão da primazia de Arles inscrevia-se, portanto, num feixe de eventos políticos e geo-estratégicos que influenciaram e determinaram os embates e os atores deste episódio.

O reestabelecimento da prefeitura das Gálias tinha por objetivo, como foi visto, reduzir as ambições territoriais do rei franco Clóvis e se opor a sua

²⁹ DELAPLACE, Christine. “La Provence durant la domination ostrogothique (508-536)”. Op. cit.

³⁰ Enviado a Constantinopla para negociar com o imperador do Oriente, o papa voltaria a Roma sem ter obtido resultado. Morreu na prisão onde fora posto por Teodorico em 526. Esta morte seria considerada como martírio, donde certa fama negativa posterior de Teodorico.

³¹ O Império do Oriente e a Itália ostrogótica disputavam esta região estratégica, no início do século VI.

vontade de aparecer como representante do poderio romano no Ocidente. Da mesma forma, o vicariado obtido junto ao papa pelo bispo de Arles permitia contrariar as vontades de controlar as igrejas da Gália do rei muito católico Clóvis e de manter a preeminência de Arles em detrimento de Paris, que Clóvis procurava erguer como nova metrópole da cristandade. Sabe-se que a construção da basílica dos Santos Apóstolos data desta época e que a lenda que transformava São Diniz³² em discípulo e missionário de São Clemente,³³ primeiro bispo de Paris, apareceu pela primeira vez na *Vida de Santa Genoveva*, por volta de 520.

O primeiro objetivo – opor-se às ambições territoriais do rei franco – foi obtido pelas armas. O segundo – resistir a sua vontade de aparecer como o representante do poderio romano no Ocidente e de protetor da Igreja – fora obtido, em parte, quando o papa Simaco (de 498 a 514) não colocou dificuldades para conceder o que Cesário lhe pediu em Roma, em 513. Mas, é preciso lembrar que Teodorico, alguns anos mais cedo, no contexto muito deletério da cisma laurentiana,³⁴ havia favorecido e avalizado a eleição deste candidato ao papado, pois era-lhe mais do que favorável. Quais eram os poderes conferidos a Cesário de Arles? Em teoria, este podia doravante cuidar de todos os negócios eclesiásticos da Gália e de Espanha; convocar em concílio os bispos da Gália e da Espanha quando julgava necessário; assim como proibir-lhes viajar a Roma sem sua permissão, sem os codicilos (*litterae formatae*) conferidos pela cancelaria do palácio episcopal de Arles. O vicariado apostólico lhe dava também o direito de julgar os litígios entre igrejas antes mesmo de um eventual recurso a Roma. Cesário possuía, graças à primazia, privilégios extraordinários em relação a todos os representantes da Igreja no Ocidente. Ele detinha um poder de autoridade teoricamente estendido ao conjunto dos reinos romano-bárbaros ocidentais, África vândala excluída, o que devia permitir ao papado manter as relações da Santa Sé com o conjunto dos bispados dispersos entre diversas entidades políticas rivais.

Na realidade, era muito difícil exercitar plenamente esta autoridade eclesiástica tanto por razões de partição territorial quanto em razão da reticência dos bispos gauleses. Os bispos da Gália não aceitaram sua autoridade. Mas é óbvio que Cesário apreciava pouco a diferença entre a simbólica e a prática real de seu poder vicarial. Sua única possibilidade de reação era recusar-se a participar dos concílios gauleses organizados sem seu consentimento como aquele de Epaone, convocado por Viventiolus de Lyon e Avito de Viena, e que aconteceu no reino burgúndio rival em 517. Cesário

³² Primeiro bispo de Paris, ele teria recebido tal missão do papa Clemente, segundo as lendas clementinas que se desenvolveram no século VI.

³³ Um dos primeiros papas de Roma, chefiando a pequena comunidade cristã romana em 88 A. D.

³⁴ Laurenço foi adversário de Simaco, eleito papa por uma parte da comunidade dos clérigos de Roma. Um cisma se desdobrou até o concílio de 502 que deu legitimidade a Simaco.

consentiu em convocar novamente concílios apenas quando os bispados situados ao norte do rio Durance reintegraram a Provença ostrogótica. Com efeito, entre o concílio de Agde, organizado conjuntamente pelo rei dos visigodos Alarico e Cesário em 506, e aquele de Arles em 524, quase vinte anos se passaram. Dois decênios durante os quais, Cesário, o vicário apostólico de Roma na Gália, havia esperado poder reconquistar uma autoridade efetiva sobre os bispados burgúndios e gozar do apoio de alguns bispos da Narbonensa Segunda e dos Alpes Marítimos antes de marcar este sucesso por grandes concílios: Arles em junho 524, Carpentras em novembro de 527, Orange em julho de 529, e Vaison em novembro de 529. Os sermões de Cesário impregnaram profundamente a disciplina eclesiástica da Igreja durante toda a alta idade média.

O apogeu do poder de Cesário de Arles durou apenas uma dezena de anos: em 533, o reino ostrogótico, enfraquecido na Itália pela iminência da Reconquista de Justiniano, negociou a cessão da Provença em troca de uma aliança dos francos que estes últimos não respeitaram. Por outro lado, no decorrer do concílio de Marselha, em 533, a questão de Contumeliosus de Riez³⁵ colocou em evidência a oposição, escondida mas contínua, no seio do episcopado provençal, de bom número de seus colegas contra a política de Cesário que o papado não apoiara mais nos anos seguintes. Em 23 de junho do mesmo ano de 533, os três filhos de Clóvis – Thierry I, Childebert I e Clotário I – reuniram um concílio em Orleans.

Assim como a dominação franca, foram as guerras góticas e a invasão lombarda que cortaram as elites provençais da *civilitas* cara a Teodorico e da Itália. Na cidade de Arles, nesta época, as casas do novo bairro do circo foram abandonadas. O circo foi destruído³⁶ e construiu-se uma muralha reduzida cuja datação permanece, no entanto, controversa.³⁷ Após o primeiro terço do século VI, Arles deixou Marselha ocupar o lugar de grande cidade da Gália do Sul, submetida às partilhas e às ambições dos reis francos. Os laços comerciais e diplomáticos mantiveram Marselha numa posição dinâmica de plataforma giratória nas relações com o Mediterrâneo, singularmente com Constantinopla, como o mostram os trabalhos de S. T. Loseby.³⁸

³⁵ Bispo de Riez, foi intimado a comparecer, em maio 533, perante um concílio reunido por Cesário de Marselha, por adultério e por ter vendido, em proveito próprio, prédios pertencendo à igreja. Frente à resistência de parte do tribunal conciliar em relação à sua decisão de depor Contumeliosus, Cesário teve de recorrer ao papa João II para legitimar sua decisão.

³⁶ SINTÈS, Claude. “La réutilisation des espaces publics à Arles: un témoignage de la fin de l’Antiquité”. In: *Antiquité tardive*, 2, 1994, pp. 181-192.

³⁷ HEIJMANS, Marc e SINTES, Claude. “L’évolution de la topographie de l’Arles antique. Un état de la question”. In: *Gallia*, 51, 1994, p. 160.

³⁸ LOSEBY, Simon T. “Marseille and the Pirene Thesis, I: Gergory of Tours, the Merovingian Kings and ‘un grand port’”. HODGES R., BOWDEN, W. (Eds.). *The Sixth*

A evolução mais consequente foi, com certeza, aquela ligada à perda do prestígio religioso que o vicariado apostólico havia conferido ao bispo de Arles. Mesmo se os sucessores de Cesário, no século VI, continuaram a receber o privilégio do porte do *pallium*, dois exemplares podendo ser admirados em Arles em 2001,³⁹ a Igreja das Gálias era doravante dominada pelos bispados setentrionais.

Century. Production, Distribution and Demand. Leiden: Boston; Köln: Brill, 1998, p. 203-230 (The Transformation of the Roman World).

³⁹ GUYON, Jean e HEIJMANS, Marc (Eds). *D'un monde à l'autre. Naissance d'une chrétienté en Provence IV^e - VI^e siècle.* Catalogue de l'exposition. Musée de l'Arles antique. 15 septembre 2001 - 6 janvier 2002. Arles: Ed. du Musée de l'Arles antique, 2001, pp. 89-96 e 210-211.